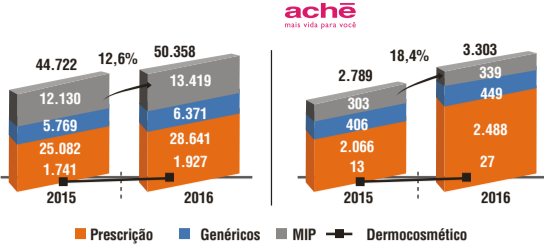


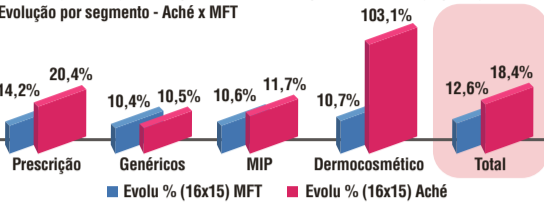
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - EXERCÍCIO DE 2016

(R\$ MM) - MFT



Fonte: IMS PPP2016.

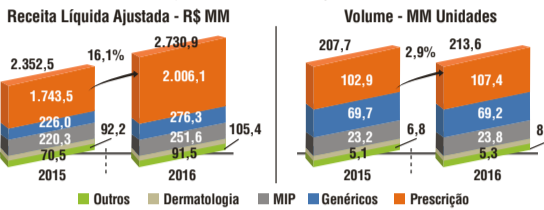
O Achê apresentou crescimento acima do mercado em todos os segmentos em que atua. O mercado de medicamentos de prescrição, que representa 56,9% do MFT e 75,3% do lucro da Companhia, cresceu 14,2%, enquanto o Achê apresentou uma evolução de 20,4% quando comparado ao mesmo período de 2015. O mercado de genéricos, que representa 12,7% do MFT e 13,6% do lucro da Companhia, cresceu 10,4%, enquanto o Achê apresentou uma evolução de 10,5% quando comparado ao mesmo período de 2015. O segmento de Medicamentos Isentos de Prescrição (MIP), que representa 26,6% do MFT e 10,3% do lucro da Companhia, o mercado evoluiu 10,6%, enquanto o Achê apresentou uma evolução de 11,7% quando comparado ao mesmo período de 2015. Em Dermocosméticos, que representa 3,8% do MFT e 0,8% do lucro da Companhia, o mercado evoluiu 10,7%, enquanto o Achê apresentou uma evolução de 103,1%, quando comparado ao mesmo período de 2015, impulsionado pela maturação da Linha Profuse, lançada em 2011, e a ampliação do portfólio nos últimos anos.



Fonte: IMS PPP2016.

DESEMPENHO ACHÊ POR SEGMENTO CONSOLIDADO

Com base nas informações gerenciais da Companhia, que consideram os resultados consolidados entre Achê e Biosintética, apurou-se uma evolução da Receita Líquida de 16,1%. Em volume, o crescimento apresentado foi de 2,9%, em relação ao ano anterior.

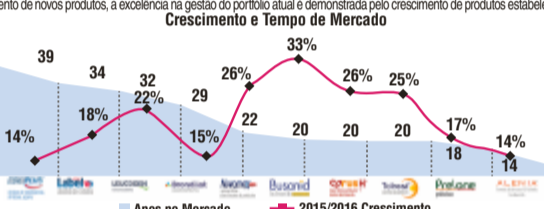


Fonte: Informações Gerenciais da Companhia. Desconsidera Receitas Não Operacionais.

UNIDADE DE NEGÓCIO PRESCRIÇÃO

Pelo décimo ano consecutivo, a Companhia manteve a liderança em prescrição médica, com 6,34% de market share, segundo a Close-Up International, uma das principais empresas de auditorias e relatórios do mercado de prescrições. Em 2016, a Unidade de Prescrição apresentou Receita Líquida total de R\$2,0 bilhões, superando em 15,1% o resultado do ano anterior. Tal resultado foi obtido, principalmente, pela alta capilaridade de atuação das forças de geração de demanda e de vendas e pela diversificação de portfólio, potencializada por investimentos contínuos em inovação - um dos principais direcionadores do negócio.

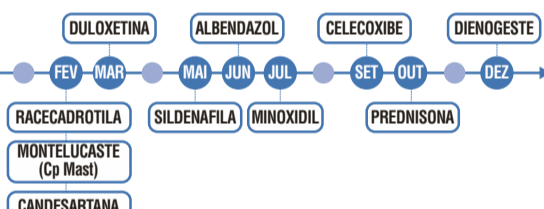
Alada ao lançamento de novos produtos, a excelência na gestão do portfólio atual é demonstrada pelo crescimento de produtos estabelecidos no mercado.



Fonte: Informações Gerenciais da Companhia.

UNIDADE DE NEGÓCIO GENÉRICOS

Atuando em um competitivo segmento, os genéricos do Achê estão presentes na maioria dos pontos de venda do país com a marca Biosintética. Com uma ampla oferta de moléculas que atendem a diversas especialidades médicas, o Achê oferece à população produtos de qualidade com preços competitivos. A Companhia lançou dez produtos no ano e atingiu R\$276,3 milhões de Receita Líquida, valor 22,3% superior ao ano anterior.

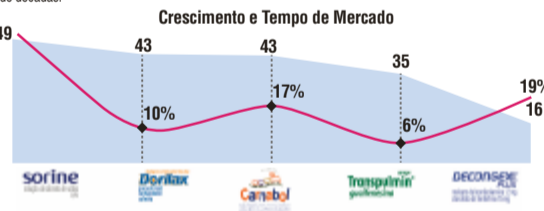


UNIDADE DE NEGÓCIO MIP

A unidade de Medicamentos Isentos de Prescrição - MIP atingiu R\$251,6 milhões de Receita Líquida, valor 14,2% superior ao apresentado no mesmo período do ano anterior. Potencializando a atuação em Nutracêuticos e ampliando o portfólio em produtos diferenciados e pioneiros, a Companhia adquiriu a empresa Triarja, localizada em Santo Angelo, no Rio Grande do Sul. A aquisição amplia a experiência no mercado de fitofarmacêuticos e alimentos funcionais, incrementando o portfólio com 12 novos produtos e com qualidade comprovada para os brasileiros. Reforçando o portfólio neste segmento, em 2016 o Achê trouxe ao mercado quatro lançamentos.



Produtos estabelecidos no mercado como Sorine, Dorilax, Carnabol, Transplumín e Decongex comprovam a sua solidez pelo desempenho obtido ao longo de décadas.



Fonte: Informações Gerenciais da Companhia.

UNIDADE DE NEGÓCIO DERMATOLOGIA

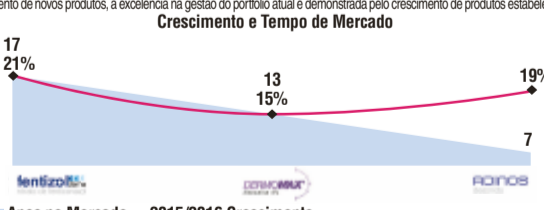
A unidade de Dermatologia contempla as franquias de Dermocosméticos e Dermomedicamentos, e apresentou R\$91,5 milhões de Receita Líquida em 2016, resultado 29,7% superior ao ano anterior.



A marca própria de Dermocosméticos do Achê foi reconhecida em diversas premiações pelo novo design de suas embalagens, que une a ciência e a tecnologia dos produtos com a estética da categoria de dermocosméticos, trazendo um posicionamento diferenciado de destaque no mercado. A linha Profuse foi reconhecida por uma das mais rigorosas academias de dermatologia do mundo, a European Academy of Dermatology and Venereology (EADV); os produtos Profuse Água Dermatológica, Ensolei AOX e Desinficant Ohos tiveram seus estudos científicos aprovados pela ANVISA. Em 2016 foram lançados 5 novos produtos Dermocosméticos:



Em Dermomedicamentos, nos últimos 18 meses foram lançados três importantes produtos: Pant, Resist e Untral, sendo que os dois últimos são exclusivos, sem concorrentes no mercado.



Fonte: Informações Gerenciais da Companhia.

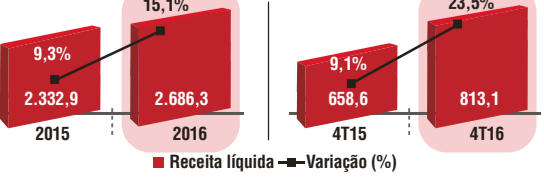
DESEMPENHO ECONÔMICO - FINANCEIRO

Resultado Consolidado (R\$ milhões)	4T15	sobre RL	4T16	sobre RL	2015	sobre RL	2016	sobre RL
Receita Líquida	658,6	813,1	2.332,9	2.686,3				
Lucro Bruto	460,2	69,9%	574,0	70,6%	1.721,9	73,8%	1.894,5	70,5%
Vendas e administrativas	(281,0)	-42,7%	(254,4)	-31,3%	(1.025,9)	-44,0%	(1.090,9)	-40,6%
Outras operacionais (EBIT)	155,2	23,4%	311,9	36,7%	648,3	27,8%	799,8	27,7%
Lucro antes do IRPJ/CSLL	160,8	24,6%	298,2	36,4%	654,0	28,0%	734,2	27,3%
EBITDA	162,3	24,6%	324,5	39,6%	682,1	29,2%	812,1	30,3%
EBITDA (ajustado)	153,4	23,3%	289,2	35,6%	716,5	30,7%	823,2	30,6%
Lucro líquido	125,8	19,1%	231,5	28,5%	472,8	20,3%	544,6	20,3%
Lucro líquido por ação	2,0	0,3%	3,6	0,4%	7,4	0,3%	8,5	0,3%

Fonte: Informações Contábeis da Companhia.

RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

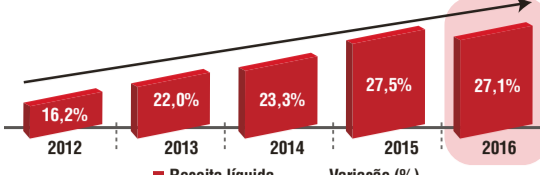
A Receita Líquida de vendas cresceu 15,1% em relação ao ano de 2015, atingindo R\$2.686,3 milhões. No 4T16 a Receita Líquida foi de R\$813,1 milhões, 23,5% superior quando comparada ao mesmo período do ano anterior.



Fonte: Informações Contábeis da Companhia.

Um portfólio forte, amplo e diversificado contribui para o faturamento da Companhia de forma sustentável. Em 2016, o produto com maior Receita Líquida representou apenas 4,6% do total, demonstrando a baixa concentração do seu portfólio. Os lançamentos são fundamentais para tornar uma empresa menos vulnerável no mercado, pois possibilitam que ela seja menos dependente de determinados produtos.

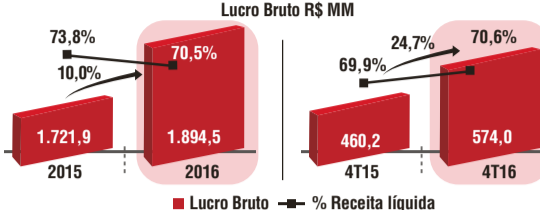
Participação dos Lançamentos na Receita Líquida Ajustada (Últimos 5 Anos)



Fonte: Informações Gerenciais da Companhia.

LUCRO BRUTO

No ano de 2016 o Lucro Bruto foi de R\$1.894,5 milhões, 10% superior em relação ao mesmo período de 2015.



Fonte: Informações Contábeis da Companhia.

DESPESAS COM VENDAS

No 4T16 as despesas com vendas representaram R\$219,1 milhões, 26,9% da Receita Líquida, quando comparado ao mesmo período de 2015. No ano, as Despesas com Vendas totalizaram R\$942,8 milhões, 35,1% da Receita Líquida.

(R\$ milhões)	4T15	sobre RL	4T16	sobre RL	2015	sobre RL	2016	sobre RL
Comerciais	188,1	28,6%	202,8	24,9%	768,7	33,0%	879,2	32,4%
PLCD	3,5	0,5%	0,3	0,0%	1,9	0,1%	0,9	0,0%
Fretes	14,3	2,2%	16,0	2,0%	59,7	2,6%	62,7	2,3%
Despesas com Vendas	205,9	31,3%	219,1	26,9%	830,3	35,6%	942,8	35,1%

Fonte: Informações Contábeis da Companhia.

DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

As Despesas Gerais e Administrativas em 2016 totalizaram R\$148,1 milhões, representando 5,5% da Receita Líquida.

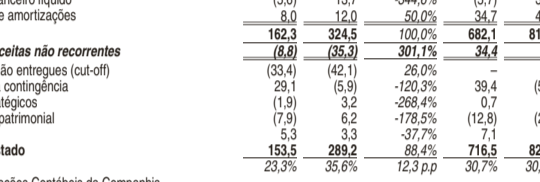
(R\$ milhões)	4T15	sobre RL	4T16	sobre RL	2015	sobre RL	2016	sobre RL
Despesas Gerais e Administrativas	64,5	9,8%	33,9	4,2%	164,5	7,1%	137,0	5,1%
Provisão para Obsolescência de Estoques	10,6	1,6%	1,4	0,2%	31,1	1,3%	11,1	0,4%
Despesas Gerais e Administrativas	75,1	11,4%	35,3	4,3%	195,6	8,4%	148,1	5,5%

Fonte: Informações Contábeis da Companhia.

As iniciativas relacionadas a excelência operacional proporcionaram uma redução de 64,3% de perdas com obsolescência de estoques, levando esse indicador à sua mínima histórica.

EBITDA AJUSTADO

O EBITDA (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortizações) ajustado acumulado atingiu R\$823,2 milhões, 14,9% superior ao ano anterior e com uma margem EBITDA de 30,6% no período acumulado de 2016.



Fonte: Informações Contábeis da Companhia.

RESULTADO FINANCEIRO

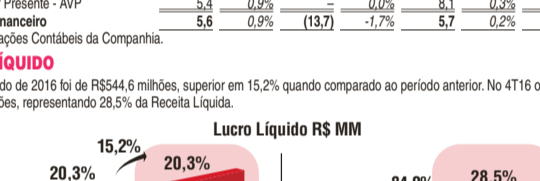
As Receitas e Despesas Financeiras Líquidas em 2016 totalizaram R\$35,6 milhões, com aumento de R\$41,3 milhões quando comparadas ao ano anterior.

(R\$ milhões)	4T15	sobre RL	4T16	sobre RL	2015	sobre RL	2016	sobre RL
Receitas (Despesas) Financeiras	(1,1)	-0,2%	(13,9)	-1,7%	12,4	0,5%	(51,1)	-1,9%
Varição Cambial	1,3	0,2%	0,2	0,0%	(14,8)	-0,6%	15,5	0,6%
Ajuste a Valor Presente - AVP	5,4	0,9%	-	0,0%	8,1	0,3%	-	0,0%
Resultado Financeiro	5,6	0,9%	(13,7)	-1,7%	5,7	0,2%	(35,6)	-1,3%

Fonte: Informações Contábeis da Companhia.

LUCRO LÍQUIDO

O Lucro Líquido de 2016 foi de R\$544,6 milhões, superior em 15,2% quando comparado ao período anterior. No 4T16 o Lucro Líquido foi de R\$231,5 milhões, representando 28,5% da Receita Líquida.



Fonte: Informações Contábeis da Companhia.

ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO

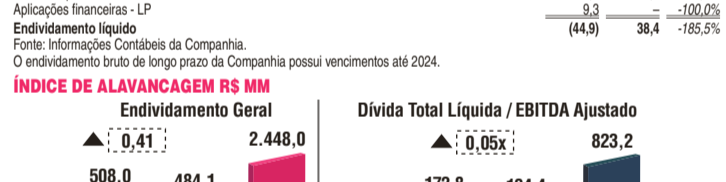
A Companhia encerrou o ano de 2016 com uma dívida financeira líquida de R\$38,4 milhões. A dívida bruta soma R\$172,8 milhões e possui característica principal de longo prazo.

(R\$ milhões)	2015	2016	Var (%)
Empréstimos e financiamentos - CP	33,8	44,2	30,8%
Empréstimos e financiamentos - LP	159,2	128,6	-19,2%
Endividamento Bruto	193,0	172,8	-10,5%
Caixa e equivalentes de caixa	228,6	134,4	-41,2%
Aplicações financeiras - LP	9,3	-	-100,0%
Endividamento líquido	(44,9)	38,4	-185,5%

Fonte: Informações Contábeis da Companhia.

O endividamento bruto de longo prazo da Companhia possui vencimentos até 2024.

ÍNDICE DE ALAVANCAGEM R\$ MM



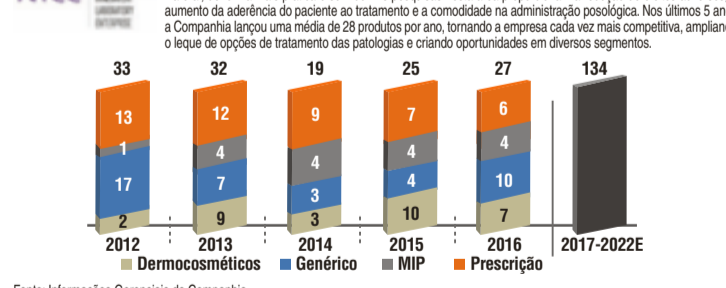
Fonte: Informações Gerenciais da Companhia.

INVESTIMENTOS PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO - P&DI

Em 2016 os investimentos em P&DI totalizaram R\$72,4 milhões. O Achê possui um total de 14 projetos em seu portfólio de Inovação Radical, isto é, novos ativos farmacêuticos no mundo, distribuídos em suas diversas fases de Desenvolvimento. Esses projetos estão direcionados para indicações terapêuticas com elevada relevância clínica e necessidades não atendidas. O portfólio de Inovação Radical compreende novos ativos farmacêuticos nas categorias de Alimentos Funcionais, Dermocosméticos, Fitoterápicos e Simiéticos. A inovação gerada pelo Achê é protegida por pedidos de patente no Brasil e em países com grande potencial de mercado.

Em abril de 2016, o Achê se tornou o primeiro laboratório brasileiro a ingressar no Structural Genomics Consortium (SGC), uma parceria internacional entre universidades, governos e industriais para acelerar o desenvolvimento de novos remédios. O objetivo do consórcio, que se iniciou há um ano e tem sede nas universidades de Toronto e Oxford, é reunir grandes equipes de cientistas para fazer a primeira parte da pesquisa que permite o desenvolvimento de novos fármacos. Chamada de etapa biológica, ou pré-clínica, essa é a fase em que os cientistas identificam novos alvos com potencial farmacológico e passam a testá-los em modelos celulares e em animais. A Companhia ainda possui 134 projetos em desenvolvimento em seu Escritório de Projetos - PMO, dos quais 35% apresentam diferenciação em relação aos demais produtos do mercado.

Por meio de um acordo de colaboração em Pesquisa e Desenvolvimento com a Companhia Suíça Ferring Pharmaceuticals, uma referência global na área farmacêutica, será construído, em 2017, na Unidade de Guarulhos, um laboratório batizado de Nanotechnology Innovation Laboratory Enterprise (NILE). O espaço ficará localizado no Núcleo de Inovação Incremental da empresa. A parceria é destinada ao desenvolvimento de plataformas tecnológicas para melhorar a disponibilidade dos medicamentos no organismo, transformando, por exemplo, princípios ativos que hoje são formulados em produtos injetáveis em formulações que poderão ser administradas por via oral, de forma mais prática e sem dor. As pesquisas nesta área proporcionam a redução de efeitos adversos, o aumento da aderência do paciente ao tratamento e a comodidade na administração posológica. Nos últimos 5 anos a Companhia lançou uma média de 26 produtos por ano, tornando a empresa cada vez mais competitiva, ampliando o leque de opções de tratamento das patologias e criando oportunidades em diversos segmentos.



Fonte: Informações Gerenciais da Companhia.

IMOBILIZADO

No ano de 2016 os investimentos com Imobilizado totalizaram R\$97,6 milhões, com destaque para aquisições de novas máquinas e equipamentos no montante de R\$55,5 milhões.

CRESCENDO PARA O NORTE E O NORDESTE

A Companhia anunciou, em 2016, uma nova unidade industrial em Pernambuco, a qual permitirá que o Achê se aproxime dos clientes das regiões Norte e Nordeste. Serão investidos mais de R\$500 milhões na construção de uma fábrica de medicamentos em uma área de 250 mil m², além de um Centro de Distribuição na região metropolitana de Recife, que quando estiver em plena operação - em 2021, aumentará nossa capacidade instalada em aproximadamente 50% - percentual suficiente para acompanhar o crescimento previsto em 15 anos, alinhado com o Planejamento Estratégico. A previsão é que as novas operações da fábrica em Pernambuco gerem cerca de 500 empregos diretos no Estado, além de aproximadamente 2.500 postos de trabalho indiretos. Com esta iniciativa, o Achê ampliará sua atuação nestes regiões em ascensão e de grande relevância. Mais do que crescimento econômico, a chegada do Achê trará impacto social e ambiental positivo à região, por meio de contratações,

Balancos patrimoniais - 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais - R\$)					
Ativo	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	97.728	162.631	134.399	228.616
Contas a receber	4	334.051	305.195	509.645	449.789
Estoques	5	249.199	286.235	379.200	405.453
Impostos e contribuições sociais a compensar		7.415	4.942	35.745	26.236
Dividendos a receber	14	5.242	25.174	-	-
Despesas antecipadas		63.966	59.517	70.187	68.072
Outros créditos		13.816	33.923	24.659	46.163
Total do ativo circulante		825.499	877.617	1.153.835	1.224.329
Não circulante					
Aplicações financeiras		-	-	-	9.272
Depósitos judiciais	16	115.660	130.156	121.529	133.894
Impostos e contribuições sociais a compensar		7.975	8.660	13.928	14.383
Investimentos	8	494.351	470.253	15.739	596
Imobilizado	9	657.234	624.953	854.799	793.076
Intangível	10	46.846	39.741	283.211	275.977
Outros créditos		5.494	10.122	5.005	9.779
Total do ativo não circulante		1.327.560	1.283.885	1.294.211	1.236.972
Total do ativo		2.153.059	2.161.502	2.448.046	2.461.306

Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Circulante					
Emprestimos e financiamentos	11	33.280	29.687	44.190	33.762
Fornecedores	12	75.864	140.650	100.234	180.177
Obrigações tributárias	13	79.366	108.258	152.645	169.893
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	15	47.515	49.705	74.499	68.946
Dividendos e JSCP a pagar	14	52.304	61.521	52.318	61.521
Contas a pagar		12.708	8.188	27.380	21.738
Outras obrigações		19.185	20.497	56.711	55.455
Total do passivo circulante		320.222	418.506	507.977	591.492
Não circulante					
Emprestimos e financiamentos	11	108.034	134.423	128.571	159.244
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	31.670	25.268	73.997	83.890
Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas	16	204.151	197.490	240.978	227.620
Provisão para perda nos investimentos	8	27.467	23.143	-	-
Outras obrigações		13.109	15.967	40.593	44.410
Total do passivo não circulante		384.431	396.291	484.139	515.164
Patrimônio líquido					
Capital social		440.959	440.959	440.959	440.959
Reservas de capital		174.212	174.212	174.212	174.212
Reserva de reavaliação		4.117	4.586	4.117	4.586
Ajuste de avaliação patrimonial		132.301	133.860	132.301	133.860
Reservas de lucros		696.817	593.088	696.817	593.088
Total atribuído aos controladores		1.448.406	1.346.705	1.448.406	1.346.705
Participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido das controladas		-	-	7.524	7.945
Total do patrimônio líquido		1.448.406	1.346.705	1.455.930	1.354.650
Total do passivo e patrimônio líquido		2.153.059	2.161.502	2.448.046	2.461.306

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos resultados					
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido do exercício por ação)					
Nota explicativa	Controladora		Consolidado		
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	
Receita operacional líquida	19	2.066.353	1.756.194	2.686.286	2.332.938
Custo dos produtos vendidos	20	(585.665)	(454.547)	(791.755)	(626.692)
Lucro bruto		1.420.688	1.301.647	1.894.513	1.706.246
Recargas (despesas) operacionais		-	-	-	-
Com vendas	20	(753.795)	(665.161)	(942.839)	(830.312)
Gerais e administrativas	20	(101.482)	(135.486)	(148.136)	(159.596)
Participações dos empregados e administradores no resultado	25	(24.351)	(24.276)	(44.033)	(47.763)
Resultado de equivalência patrimonial	8	145.477	121.922	2.830	12.774
Outras receitas operacionais, liquidas	21	2.817	(1.240)	7.410	3.002
Lucro operacional antes do resultado financeiro		689.354	597.406	769.745	648.351
Resultado financeiro		-	-	-	-
Recargas financeiras	22	14.732	29.286	22.163	50.296
Despesas financeiras	22	(54.458)	(24.598)	(73.184)	(29.780)
Varição cambial, líquida	22	11.683	(14.024)	15.473	(14.779)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		661.311	587.710	734.197	654.088
Imposto de renda e contribuição social		-	-	-	-
Correntes	7	(110.488)	(124.993)	(200.061)	(201.222)
Diferidos	7	(6.176)	10.094	10.118	21.031
Lucro líquido do exercício		544.647	472.811	544.254	473.897
Atribuído a:					
Acionistas controladores		544.647	472.811	544.647	472.811
Acionistas não controladores		-	-	(393)	1.086
Lucro líquido do exercício por ação - R\$ Básico	26	8,52	7,40	8,52	7,40

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais - R\$)					
	Controladora		Consolidado		
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	661.311	587.710	734.197	654.088	
Ajustes para conciliar o lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	32.142	25.490	44.029	34.750	
Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas	17.580	46.109	24.390	57.845	
Provisão para perdas nos estoques	7.873	(4.091)	11.045	698	
Resultado de equivalência patrimonial	(145.477)	(121.922)	(2.830)	(12.774)	
Lucros a realizar	-	-	-	15.686	
Outras provisões	(4.170)	7.313	(2.562)	32.786	
Provisões de juros e variações monetárias e cambiais	10.591	10.461	6.616	4.261	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6.067	(1.136)	7.743	7.665	
Outros	369	-	349	-	
586.358	552.965	822.121	791.784		
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber de clientes	(34.923)	(112.368)	(67.599)	(142.719)	
Estoques	29.163	(114.534)	15.208	(139.554)	
Impostos e contribuições sociais a compensar	(12.108)	(26.259)	(24.895)	(40.804)	
Partes relacionadas ativas	(11.591)	-	(11.591)	-	
Despesas antecipadas e outros créditos	34.782	(40.180)	36.528	(38.829)	
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores	(64.786)	95.425	(79.943)	121.245	
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	(2.190)	5.258	5.553	11.504	
Impostos e contribuições a recolher	(267)	13.977	(885)	13.611	
Imposto de renda e contribuição social pagos	(129.240)	(105.045)	(201.064)	(181.350)	
Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas pagos	(10.919)	(8.339)	(11.032)	(6.598)	
Juros pagos de empréstimos e financiamentos	(6.635)	(9.582)	(10.718)	(12.396)	
Outras obrigações	5.940	(4.369)	7.062	(3.833)	
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	381.584	246.955	479.729	370.061	
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Dividendos recebidos de controladas	103.847	70.182	-	-	
Aquisição de empresas controladas	(1.200)	-	(1.200)	-	
Aumento de capital em empresas controladas	(617)	(3.500)	(617)	(3.500)	
Aquisição de imobilizado e intangível	(68.492)	(94.503)	(107.793)	(145.685)	
Adiantamento de ativo imobilizado	(3.109)	-	(5.301)	-	
Aplicações financeiras a longo prazo	-	-	9.272	(870)	
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	30.429	(27.821)	(105.639)	(150.055)	
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Captações de empréstimos e financiamentos	4.625	39.743	18.730	45.631	
Amortizações de empréstimos e financiamentos	(29.377)	(28.622)	(34.873)	(29.398)	
Dividendos pagos	(452.164)	(298.400)	(452.164)	(298.745)	
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(476.916)	(287.279)	(468.307)	(282.512)	
Redução no caixa e equivalentes de caixa	(64.903)	(68.145)	(94.217)	(62.506)	
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	162.631	230.776	228.616	291.122	
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	97.728	162.631	134.399	228.616	
Redução no caixa e equivalentes de caixa	(64.903)	(68.145)	(94.217)	(62.506)	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais - R\$)

	Reservas de capital		Ajuste de avaliação patrimonial		Reservas de lucros		Participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido das controladas		Total										
	Capital especial social	Reserva de emissão de ações	Reserva de reavaliação	Em ativos próprios	Reserva de incentivos fiscais	Reserva de produtos e P&D	Reserva de investimentos em não decorridos	Reserva de adicionais											
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015											
Saldos em 31 de dezembro de 2014	440.959	167.767	6.445	5.057	125.693	9.728	43.807	618	88.963	103.060	141.718	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	(471)	-	-	-	-	-	-	-	471	-	-	-	-	-	-	-
Realização dos ajustes ao custo atribuído	-	-	-	-	(1.357)	-	(204)	-	-	-	-	1.561	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de Incentivos Fiscais	-	-	-	-	-	-	-	-	264	-	-	(264)	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	472.811	472.811	1.086	473.897	-	(182)	-	-	-
Pagamento de dividendos Melcon	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(182)	-	-	-	-	-	-
Antecipação de dividendos conforme AGE de 18.06.2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(46.682)	-	-	-	-	-	-
Antecipação de dividendos conforme AGE de 17.11.2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(10.000)	-	-	-	-	-	-
Complemento de dividendo mínimo obrigatório estatutário	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(61.521)	-	-	-	-	-	-
Transferência para reservas de lucros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	440.959	167.767	6.445	4.586	124.336	9.524	43.807	882	88.963	103.060	356.376	1.411.705	7.945	1.354.650	-	-	-	-	-
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	(469)	-	-	-	-	-	-	-	-	469	-	-	-	-	-	-
Realização dos ajustes ao custo atribuído	-	-	-	-	(1.355)	-	(204)	-	-	-	-	-	1.559	-	-	-	-	-	-
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	-	-	-	-	-	100	-	-	(100)	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	544.647	544.647	(409)	544.238	-	-	-	-	-
Destinação de lucro para reserva de Pesquisa e Desenvolvimento conforme AGO de 18.04.2016	-	-	-	-	-	-	-	-	21.463	-	-	(21.463)	-	-	-	-	-	-	-
Destinação de lucro para reserva de Ativo Imobilizado conforme AGO de 18.04.2016	-	-	-	-	-	-	-	-	-	28.130	(28.130)	-	-						

Notas Explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - 31/12/2016 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

da Companhia; • Projeções dos custos operacionais considerando o crescimento da operação e variáveis macroeconômicas; • Necessidades de investimento alinhadas ao plano de negócios da Companhia; • Taxa de desconto para os fluxos de caixa projetados do 13% a.a. (14% a.a. em 2015). Os resultados dos testes de *impairment* realizados em 31 de dezembro de 2016 não indicaram nenhuma necessidade de provisão para perdas.

11. Empréstimos e financiamentos:

Vencimento	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Encargos anuais				
PRÓ-DF (c)	25% do INPC + 2,43% TJLP + 1,15 + 2,95%	2042	-	-
FINAME	2,5% a 6,0%	2020	858	1.735
FO e FOMENTAR	2,9% a 10%	2019	-	1.925
FINOP (b)	4%	2019	29.000	37.236
BNDES (b)	4,5%	2023	32.885	31.445
Capital de giro	18,16%	2018	-	7.915
BNDES (a)	TR IPCA + 1,52%	2022	6.763	5.914
BNDES (a)	1,5% a 3%	2023	71.778	87.694
Circulante			33.280	29.687
Não circulante			108.034	134.423
Total			141.314	164.110

(a) Financiamento Proforma - BNDES é destinado à construção e ampliação da unidade industrial de Guarulhos - SP e a pesquisa e desenvolvimento de produtos. Nestes financiamentos estão previstas hipóteses usuais de vencimento antecipado quando há o descumprimento de determinados índices financeiros. As principais cláusulas de *covenants* dos contratos são: Endividamento Geral igual ou inferior a 0,75 e Dívida Total Líquida/EBITDA igual ou menor a 3,0. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia está adimplente com esses compromissos contratuais. Este financiamento tem como garantia a concessão, em hipoteca, dos imóveis, das máquinas e dos equipamentos de sua propriedade, situados em Guarulhos - SP (b) O financiamento da Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP é destinado à pesquisa e ao desenvolvimento de produtos e é garantido por instrumento de fiança bancária. Financiamento FINEP contrato 09.14.0086.00 no valor de R\$41.468, contempla a realização de Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento. A liberação de recursos ocorre de acordo com a comprovação dos dispêndios relativos ao projeto, tendo sido liberado até 31 de dezembro de 2015 o montante de R\$4.147 com a participação do Aché, conforme previsto em contrato, com a contrapartida em 2016 no valor de R\$939. Não houve liberação de recursos durante o ano 2016. A garantia deste financiamento é fiança bancária. (c) As operações de financiamento contratadas junto ao Banco de Brasília (PRO-DF) com prazo de vencimento até 2042, foram liquidadas em 28/04/2016, através do leilão (PRO-DF 2004.367.3672-01) os recursos utilizados para aquisição destas operações foram as aplicações financeiras dadas como garantia registradas no longo prazo. (d) As operações de financiamento contratadas junto ao BNDES têm como objetivo a Pesquisa e Desenvolvimento de Produtos Inovadores conforme linha subsidiada pelo BNDES dentro do programa Proforma Inovador, tendo como garantia a hipoteca do imóvel de Guarulhos e as principais cláusulas de *covenants* dos contratos são: Endividamento Geral igual ou inferior a 0,75 e Dívida Total Líquida/EBITDA igual ou menor a 3,0. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia está adimplente com esses compromissos contratuais.

12. Fornecedores:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Fornecedores nacionais	42.909	41.110	53.539	55.091
Fornecedores do exterior	26.872	97.464	40.425	124.026
Operação risco sacado (a)	4.699	-	6.270	-
Partes relacionadas	1.384	2.076	-	1.060
(Nota Explicativa nº 14)	75.864	140.650	100.234	180.177

(a) A Companhia e suas controladas possuem contratos firmados com o Banco Itaú para estruturar com seus principais fornecedores a operação denominada "risco sacado". Nessa operação, os fornecedores transferem o direito do recebimento de títulos para o Banco, que por sua vez, passará a ser credora da operação. Essa operação não alterou os preços, prazos e condições anteriormente estabelecidos quando realizada análise completa dos fornecedores por categoria, portanto a Companhia e suas controladas demonstram esta operação na rubrica de Fornecedores.

13. Obrigações tributárias:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
ICMS	17.178	21.350	24.470	29.585
IR Pessoa Jurídica (IRPJ)	37.460	58.871	83.571	96.222
COFINS	7.230	7.629	7.278	7.656
CSLL	8.411	16.072	23.523	27.712
PIS	1.522	1.610	1.532	1.616
Outras	7.565	2.726	12.271	7.102
	79.366	108.258	152.645	169.893

14. Partes relacionadas: As transações com partes relacionadas e seus respectivos saldos estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Recostas:				
Vendas e industrialização à Biosintética (a)	134.627	99.172	-	-
Vendas à Melcon (b)	2.901	2.297	-	-
Vendas à Labofarma (b)	6.770	(321)	-	-
Compras:				
Compras de mercadorias da Biosintética (a)	11.872	13.046	-	-
Compras de mercadorias da Melcon	10.446	8.797	-	-
Compra de serviços da Labofarma	4.985	4.406	-	-
Ativo circulante:				
Contas a receber - Biosintética (c)	111	2.860	-	-
Contas a receber - Labofarma (c)	4.959	1	-	-
Contas a receber - Melcon (c)	1.720	1.214	-	-
Dividendos a receber - Biosintética	59.324	25.174	-	-
	66.114	29.249	-	-
Outros créditos a receber - Melcon (c)	134	275	-	-
Adiantamento a fornecedores - Farmaprod	-	38	-	38
Total ativo circulante	66.248	29.562	-	38
Ativo não circulante:				
Contas a receber - Melcon (b)	492	492	-	-
Contas a receber - Nortis (c)	11.591	-	11.591	-
Passivo circulante:				
Fornecedores - Biosintética (c)	1.132	301	-	-
Fornecedores - Labofarma (c)	-	349	-	-
Fornecedores - Melcon (c)	252	644	-	-
Fornecedores - Farmaprod (c)	-	497	-	760
Dividendos a pagar	52.304	61.521	52.318	61.521
Associação Brasileira de Assistência ao Deficiente Visual - Laramara	-	285	-	300
Total passivo circulante	53.688	63.597	52.318	62.581
(a) Industrialização de produtos e prestação de serviços corporativos repassados às empresas controladas pelo custo efetivamente incorrido desses serviços; (b) Vendas de mercadorias; (c) Saldo de contas a receber e a pagar das referidas transações mercantis e reembolso de gastos comuns entre as sociedades. As transações com partes relacionadas são realizadas em condições específicas acordadas entre as partes. Remuneração dos administradores: A remuneração, incluindo eventuais benefícios, dos diretores e membros da Administração da Companhia e de suas controladas é como segue:				

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Remuneração global dos administradores e encargos	3.836	4.917	14.537	16.512

15. Obrigações trabalhistas e previdenciárias:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Ordenados e salários a pagar	72	6	303	172
Provisão para férias, 13º salários e encargos sociais	10.286	9.187	13.293	12.199
INSS a recolher	11.188	10.403	14.976	13.944
FGTS a recolher	705	2.883	985	3.714
Participação nos resultados	16.829	20.394	33.945	30.042
IRRF sobre folha de pagamento	7.864	6.462	10.107	8.280
Outros	551	380	890	585
	47.515	49.705	74.499	68.946

16. Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas: A Companhia e suas controladas são partes em processos administrativos e judiciais de natureza tributária, civil e trabalhista, distribuídos em diversas instâncias. A Administração, amparada pela opinião dos seus assessores legais, considerou provável para os riscos cujas perdas foram avaliadas como provável. A composição das provisões por natureza é demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Tributários	95.162	17.182	(22.841)	(95)
Trabalhistas	77.911	42.727	(35.612)	(10.287)
Cíveis	5.736	2.506	(833)	(537)
Outros	-	-	-	732
contenciosos (a)	18.681	398	(2.700)	-
	197.490	62.813	(61.986)	(10.919)
Consolidado	312/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Tributários	102.529	17.507	(23.095)	(105)
Trabalhistas	91.792	49.989	(39.914)	(10.300)
Cíveis	6.199	3.467	(965)	(627)
Outros	-	-	-	776
contenciosos (a)	27.100	398	(3.152)	-
	227.620	71.361	(67.126)	(11.032)
				20.155
				204.978

(a) Outros contenciosos referem-se a outras provisões de riscos não relacionadas a processos administrativos e/ou judiciais. Com relação aos processos administrativos e judiciais envolvendo assuntos de natureza tributária, destacam-se os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) (a)	29.968	20.407	-	-
PIS e COFINS (b)	25.623	22.432	-	-
IRPJ e CSLL (c)	34.242	16.897	-	-
Previdenciário (d)	2.907	7.858	-	-
ICMS (e)	3.251	6.220	-	-
Outros (f)	9.754	9.075	-	-
	105.745	102.529	-	-

(a) Majoração de Alíquota - questionamento da autoridade da contribuição ao FGTS de 0,5% calculada sobre a folha de pagamento dos funcionários e do aumento em 10% da multa rescisória; (b) O principal processo referente a esse tributo é: (i) Processo Administrativo cujo objeto em discussão é a glosa de créditos relacionados a despesas com férias; (c) Os processos mais relevantes que discutem o tributo supramencionado são: (i) Processo Judicial cujo objeto é a correção

monetária no balanço, a qual gerou equivalência patrimonial e posterior exclusão da base de cálculo do CS; (ii) Processo Administrativo que discute a cobrança de Per/Comp não homologada pela Receita Federal do Brasil; (d) Exigência do pagamento de multa em razão da empresa não informado em GFIP todos os fatos geradores e contribuições a que estaria sujeita; (e) Execuções Fiscais ou Processos Administrativos lavrados pela Secretaria do Estado de São Paulo, Espírito Santo e Minas Gerais cujo objeto é a cobrança de ICMS e ICMS-ST; (f) Neste montante estão incluídos: (i) Honorários advocatícios provisionados em decorrência de contratação de honorários de êxito; (ii) Diversas ações que discutem os demais tributos não elencados acima e que possuem valores de menor relevância. A Administração considera que o resultado desfavorável em seus processos, individualmente ou no agregado, não terá efeito adverso relevante na posição financeira ou nos negócios da Companhia. **Processos classificados como risco de perda possível:** Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia e suas controladas possuem ações que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pelos assessores legais como possível. As contingências passivas estão assim representadas:

	Consolidado		31/12/2016		31/12/2015	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Tributários	1.165.408	1.114.802	-	-	-	-
Trabalhistas (a)	99.203	-	-	-	-	-
Cíveis	6.362	5.440	-	-	-	-
	1.270.973	1.120.242	-	-	-	-

(a) Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia por meio dos seus assessores jurídicos, alterou suas premissas de julgamento dos processos trabalhistas, criando critérios para avaliação de risco de perda possível. Em 31 de dezembro de 2015, os assessores jurídicos somente avaliavam os riscos de perda para trabalhadores como provável e/ou remoto. Com relação aos processos trabalhistas classificados como risco de perda possível os assuntos são classificados em:

	Consolidado		31/12/2016		31/12/2015	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
FGTS	1.354	1.232	-	-	-	-
PIS e COFINS (e)	234.700	211.602	-	-	-	-
IRPJ e CSLL (a) (b) (c) (d)	826.629	817.052	-	-	-	-
Previdenciário	5.385	914	-	-	-	-
ICMS	83.284	70.664	-	-	-	-
Outros	14.056	13.338	-	-	-	-
	1.165.408	1.114.802	-	-	-	-

Principais processos classificados como risco de perda possível: a) *Processo administrativo nº 16643.720001/2011-18 (anos-base de 2006 a 2009)* em maio de 2011, a Receita Federal do Brasil emitiu auto de infração contra a Controladora Biosintética no valor total de aproximadamente R\$301.000 (R\$365.820 atualizado em 31 de dezembro de 2016) para exigir supostos débitos de IRPJ e CSLL referentes aos anos-base 2006 a 2009, por entender que a controlada não teria preenchido as condições legais para deduzir os encargos de amortização do ágio pago na aquisição da empresa Delta Participações Farmacêuticas S.A. Em sessão realizada em 6 de dezembro de 2012, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF, analisou o recurso voluntário interposto pela Biosintética e, por unanimidade de votos, julgou a atuação totalmente improcedente. A Fazenda interpôs Recurso Especial, o qual teve decisão favorável à Biosintética em 20 de janeiro de 2016. No momento a Biosintética aguarda ser intimada de defesa acórdão para que então adote as medidas jurídicas que entender pertinentes. Não obstante a última decisão do CARF, a Biosintética ratifica que os argumentos de defesa estão bem fundamentados e, com base em parecer legal dos assessores jurídicos externos, classifica o risco de perda com relação à dedução do ágio como possível com tendência a remoto, e, com referência à aplicação da multa majorada, o risco de perda é remoto. Por essa razão, não foi registrada nenhuma provisão para esse processo. b) *Processo Administrativo nº 16561.720154/2014-18 (anos-base de 2010 a 2011)*: Em dezembro de 2014, a Receita Federal do Brasil lavrou auto de infração contra a controlada Biosintética no valor total de R\$112.409 (R\$125.522 atualizado em 31 de dezembro de 2016) para exigir supostos débitos de IRPJ e CSLL referentes aos anos-base 2010 e 2011, exigência que também teve sua origem na dedução dos encargos de amortização do ágio pago na aquisição da empresa Delta Participações Farmacêuticas S.A. Em 11 de janeiro de 2016 houve decisão de provimento parcial em 1ª instância e, diante de tal decisão, a Biosintética se valeu do Recurso Voluntário para sua defesa, o qual foi apresentado dentro do prazo legal. Com relação à classificação de risco, por se tratar de processo com a mesma natureza jurídica do tratado na nota acima (16643.720001/2011-18), replicamos as informações apreendidas anteriormente, quais sejam: risco de perda possível com tendência a remoto com relação à dedução do ágio e, com referência à aplicação da multa majorada, o risco de perda é remoto. Por essa razão, não foi registrada nenhuma provisão para esse processo. c) *Processo Administrativo nº 16561.720052/2014-94*: Em julho de 2014, a Receita Federal do Brasil emitiu Auto de Infração no valor de R\$202.315, para exigir supostos débitos de IRPJ e CSLL, referentes aos anos-base de 2008 e 2009, por entender que não teriam sido preenchidas as condições legais para deduzir os encargos de amortização de ágio após a incorporação do acervo cindido da empresa Magenta Participações Ltda. Com relação ao ano-base de 2009, a Administração decidiu pela adesão ao REGIS 2014, resultando no pagamento de R\$44,7 milhões em 2014 (valor sem desconto correspondente a R\$94.387). No que tange ao ano-base 2008, cujo montante estava estimado em R\$107.928 à época (R\$118.762 atualizado em 31 de dezembro de 2016), apesar da decisão de 1ª instância desfavorável, a Companhia ratifica que os fundamentos de defesa são robustos entendendo tratar-se de risco de perda possível. No momento aguarda-se o resultado do Recurso Voluntário. d) *Processo nº 16095.720.147/2015-32 - PIS/COFINS Regime Monofásico*: Em 21 de dezembro de 2015, foi lavrado Auto de Infração pela Receita Federal, o qual exigia cobrança de PIS/COFINS do regime Monofásico do período de 2011 a 2012, devido à alegação de insuficiência no recolhimento dos tributos mencionados, no valor histórico de R\$198.027 (R\$211.363 atualizado em 31 de dezembro de 2016). (e) Falta de recolhimento de PIS/COFINS nas atividades mercantis e/ou rendicadas, ao argumento de que o Aché, ao apenas vender tais produtos, aplicou a alíquota zero prevista no artigo 2º da Lei nº 10.147/00, ad. fiscalização entendeu que o procedimento correto seria apropriar crédito decorrente das aquisições desses produtos, nos termos do artigo 24 da Lei nº 11.727/08, para posteriormente tributar as receitas de vendas às alíquotas diferenciadas. Para o item acima, vale-se de principal argumento de defesa, o fato de que as receitas de venda, mesmo que auferidas pela indústria, valem-se da alíquota zero de PIS/COFINS, situação confirmada pela Lei nº 10.147/00, a qual define que será aplicada ao PIS/COFINS monofásico, o mesmo conceito usado para industrialização do IPI, isto é, respeitando-se a alíquota zero dos tributos acima citados quando da venda dos produtos. (f) Glosa do crédito presumido de PIS/COFINS nos termos do artigo 3º da Lei nº 10.147/00, em situações de fabricação própria, em razão da falta de protocolo de recolhimento à SRF. Com relação ao item 02, a Companhia esclarece que o requerimento é sempre feito via CMED - Câmara de Medicamentos, a qual após homologação deste, comunica à RFB os produtos que possuem direito ao crédito presumido. Para comprovar tal alegação, primeiramente foi enviado à defesa, o Relatório de Comercialização da CMED, o qual indica o Aché como beneficiário dos produtos ora autuados. Em 20 de janeiro de 2016 foi apresentado Impugnação, a qual aguarda julgamento, tendo em vista a conversão do feito em diligência, em razão da quantidade de documentos comprobatórios juntados à defesa. Os assessores externos responsáveis pela defesa, classificam o caso como perda possível com base na linha de defesa adotada e entendimento jurisprudencial. Por essa razão, não foi registrada nenhuma provisão para tal processo. e) *Processo nº 16095.720.147/2015-32 - PIS/COFINS Regime Monofásico*: Em 21 de dezembro de 2015, foi lavrado Auto de Infração pela Receita Federal, o qual exigia cobrança de PIS/COFINS do regime Monofásico do período de 2011 a 2012, devido à alegação de insuficiência no recolhimento dos tributos mencionados, no valor histórico de R\$198.027 (R\$211.363 atualizado em 31 de dezembro de 2016). (f) Falta de recolhimento de PIS/COFINS nas atividades mercantis e/ou rendicadas, ao argumento de que o Aché, ao apenas vender tais produtos, aplicou a alíquota zero prevista no artigo 2º da Lei nº 10.147/00, ad. fiscalização entendeu que o procedimento correto seria apropriar crédito decorrente das aquisições desses produtos, nos termos do artigo 24 da Lei nº 11.727/08, para posteriormente tributar as receitas de vendas às alíquotas diferenciadas. Para o item acima, vale-se de principal argumento de defesa, o fato de que as receitas de venda, mesmo que auferidas pela indústria, valem-se da alíquota zero de PIS/COFINS, situação confirmada pela Lei nº 10.147/00, a qual define que será aplicada ao PIS/COFINS monofásico, o mesmo conceito usado para industrialização do IPI, isto é, respeitando-se a alíquota zero dos tributos acima citados quando da venda dos produtos. (g) Glosa do crédito presumido de PIS/COFINS nos termos do artigo 3º da Lei nº 10.147/00, em situações de fabricação própria, em razão da falta de protocolo de recolhimento à SRF. Com relação ao item 02, a Companhia esclarece que o requerimento é sempre feito via CMED - Câmara de Medicamentos, a qual após homologação deste, comunica à RFB os produtos que possuem direito ao crédito presumido. Para comprovar tal alegação, primeiramente foi enviado à defesa, o Relatório de Comercialização da CMED, o qual indica o Aché como beneficiário dos produtos ora autuados. Em 20 de janeiro de 2016 foi apresentado Impugnação, a qual aguarda julgamento, tendo em vista a conversão do feito em diligência, em razão da quantidade de documentos comprobatórios juntados à defesa. Os assessores externos responsáveis pela defesa, classificam o caso como perda possível com base na linha de defesa adotada e entendimento jurisprudencial, razão pela qual não há provisão registrada. **Contratação de Garantia Extrajudicial**: Em 31 de março de 2014, a União ajizou Medida Cautelar Fiscal pleiteando a indisponibilidade de bens e ativos do Aché no valor de aproximadamente R\$564 milhões, correspondentes a tributos em discussão, os quais estavam com exigibilidade suspensa. Em 10 de abril de 2014, foi deferida a liminar pleiteada pela União, bloqueando-se as contas-correntes e demais bens do Aché. Essa decisão foi objeto de recursos perante o Tribunal Regional Federal da 3ª Região (AR nº 0013851-95/2014, de 03.000.000), e em função de sua manutenção, em 30 de julho de 2014, foi apresentada carta de fiança bancária do valor total controvertido. Em 03 de julho de 2014, a garantia foi aceita, sendo determinado o desbloqueio dos bens e ativos do Aché. Em 03 de julho de 2014, após manifestação favorável da Procuradoria, a Carta de Fiança foi substituída por seguro fiança no valor de R\$750 milhões, apresentada à fim de obter qualificação oneração junto ao patrimônio do Aché. Em dezembro de 2015, com manifestação favorável da Procuradoria e aceite do juízo, houve redução do Seguro Garantia para R\$554.940. A redução é decorrente do êxito (ainda que parcial) em três autos de infração: (i) PA nº 16561.000025/2007-72, na parte que tratava da exigência de IRPJ e CSLL dos anos 2002 e 2003 referentes à alienação de investimento avaliado pelo valor de Patrimônio Líquido e glosa de créditos compensados; (ii) PA nº 16561.000027/2007-61, no que diz respeito à exigência de IRPJ/CSLL/PIS/COFINS relativos aos anos de 2003 e 2004 referentes à subvaliação de estoque; e (iii) PA nº 16561.000029/2007-51, referente à parcela que tratava da cobrança de CSLL dos anos de 2001 a 2003 em razão da não adoção da amostra grátis à base de cálculo da CSLL. Em 28/10/2016, foi deferido o desentranhamento da garantia, considerando decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça em Recurso Especial no Agravo de Instrumento nº 913.515, que entendeu que débitos com a exigibilidade suspensa não conduzem ao deferimento de medida cautelar fiscal. De acordo com a avaliação dos consultores jurídicos externos, considerando a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça sobre o tema, são remotas as chances de desfecho desfavorável dessa Medida Cautelar.

Riscos Trabalhistas - Correção IPCA-E: Tendo em vista a Reclamação nº 22012 ajuizada pela Federação Nacional dos Bancos, o STF - Superior Tribunal Federal